

## Vigário Geral ainda sofre com as altas contas da Light

Um ano depois da instalação do medidor eletrônico, moradores ainda não têm uma solução para o problema.

PÁG. 3

## Petróleo: diretor do Senge-RJ critica atuação do governo

Para Antonio Gerson, a retomada dos leilões é "perfeitamente dispensável" e não deveria ocorrer.

PÁG. 12



**Movimentos  
lutam contra  
privatização do  
Maracanã**

Página 4



Arquivo Fisenge

A renovação das concessões das empresas de energia elétrica poderá acarretar no enfraquecimento das estatais e na privatização

# MPs do setor elétrico preocupam entidades

Sindicatos alertam para as consequências das Medidas Provisórias 577 e 579, especialmente em relação aos trabalhadores. A diminuição da receita das empresas reduzirá o quadro de pessoal.

PÁGINAS 6 e 7

FESTA

## Faixa Livre comemora 18 anos

O Senge-RJ, um dos colaboradores do programa, foi homenageado. PÁG.8

# Incertezas sobre o setor elétrico

No momento em que a Medida Provisória 579 é aprovada e vai a sanção presidencial, o grau de incerteza no setor elétrico aumenta e passa por uma situação crítica. Seis apagões ocorreram desde o mês de setembro passado, revelando que o sistema tem sérios problemas de diversas magnitudes e naturezas.

Dada a gravidade do problema, algumas autoridades foram obrigadas a vir a público e, entre muitos eufemismos, dizem que o sistema requer investimentos para se modernizar, carece ainda de planejamento, aumento de eficiência e outras coisas mais. E é justamente aí que a situação se complica. A aplicação imediata da MP 579 vai na contra mão da solução desses problemas.

A brutal redução (47%) da arrecadação da Eletrobras e de outras empresas estatais, como a Chesf (67%), vai implicar sérias restrições aos investimentos necessários. A diminuição forçada no preço das tarifas também vai reduzir a capacidade de investimentos das empresas distribuidoras (privadas).

De onde virão os investimentos? A única possibilidade é o próprio governo fazê-los via projetos ou programas com as estatais operando no limite de suas possibilidades. Só que os aportes financeiros ao setor, segundo o próprio governo, deverão vir do tesouro nacional. Isto significa aumento de impostos, pois o governo não dispõe de outros meios. Isto recairá novamente sobre a população.

Para a população, a diminuição do preço da tarifa vai resultar em aumento de impostos e o que sai por um bolso entra pelo outro, agora não teremos mais empresas estatais fortes nem investimentos e os problemas do setor tendem a aumentar. A quem interessa tudo isto? É o que tentamos entender sem encontrar uma resposta convincente.

# Ausência de políticas habitacionais geram problemas urbanos

MARCO ANTONIO BARBOSA\*

Venho debatendo de forma incisiva e contundente no Consemac – Conselho de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, no Compur – Conselho de Política Urbana da Cidade do Rio de Janeiro e no Conselho de Habitação da Cidade do Rio de Janeiro, no qual o Senge-RJ tem voz e voto e no qual eu tenho o privilégio de representá-lo, as questões relacionadas com a política habitacional da cidade.

Segundo informação da Secretaria Municipal de Habitação, o déficit habitacional da cidade do Rio de Janeiro está por volta de 200 mil residências, mas o Sinduscom, Sindicato dos Construtores de Imóveis, a contradiz, afirmando que o número é 400 mil. De fato, há uma diferença muito grande entre os dois informantes, daí a minha preferência de acreditar em um número intermediário: 300 mil.

Além disso, vale ressaltar que, segundo os dados estatísticos, a população da cidade do Rio de Janeiro, há algumas décadas, tem apresentado crescimento simplesmente vegetativo.

Sem querer entrar na discussão importante de como foi constituído este déficit, cabe lembrar que um dos motivos foi a falta de uma política habitacional, a partir do inconsequente fechamento do BNH, em 1985, e de um incentivo intencional e deletério de uma política de invasões de propriedades públicas e privadas, iniciada em 1982. Os casos mencionados juntos estimularam parte da população mais carente e desprotegida a procurar a solução para o seu problema habitacional. Daí a multiplicação de favelas e de guetos, facilitando o crescimento de um ambiente propício à instalação de aproveitadores.

Hoje, certamente, os técnicos e os políticos chegaram a definitiva conclusão de que, sem uma política habitacional consistente e eficiente, não há como se organizar as cidades. Neste aspecto, estou principalmente me referindo à camada da

sociedade mais necessitada, que ganha de zero a três salários mínimos.

Atualmente, a discussão preponderante na política habitacional da cidade é: se for dada continuidade à construção de residências na Zona Oeste, para a referida faixa, estaremos diante de uma das soluções do problema habitacional ou trata-se do incremento de uma política de separatismo social?

Na verdade, o que trago à discussão neste momento é o excesso de terrenos subutilizados, situados muito próximos aos eixos de desenvolvimento da cidade. Essas áreas, na grande maioria, enormes, poderiam ser facilmente usadas para construção de habitações para baixa renda, como: o terreno da Polícia Rodoviária Federal, localizado na esquina de Avenida Brasil com a Rio-São Paulo, no bairro de Irajá, e o de diversos quartéis da

Polícia Militar e das Forças Armadas.

Há, ainda, inúmeras áreas privadas abandonadas, algumas já ocupadas e outras sendo objeto de especulação imobiliária, como, no bairro de Benfica: Gillette, ex-concessionária de automóveis Santo Amaro, UFE, DER/RJ, Refinaria de Maguinhos, garagem da Alerj, prédio abandonado entre a Cedae e a Cadeg etc. Há ainda áreas disponíveis nos bairros de Ramos, Penha, Olaria, Parada de Lucas, Cordovil, entre outros. Nestes casos, a área mais emblemática é o terreno do antigo Curtume Carioca.

Outro dia, em palestra no curso da epístola de Políticas Públicas e Governo, a presidenta do Inea, engenheira Marilena, do órgão estadual de controle ambiental, enfatizou que está convicta de que o maior problema do estado do Rio de Janeiro e, principalmente, da cidade do Rio de Janeiro, está vinculado a uma política habitacional vigorosa e permanente.

\*Marco Antônio Barbosa é diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro.

## Não há como organizar as cidades sem que haja uma política habitacional



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 17º - andar Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

imprensa@sengerj.org.br

#### PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

#### DIRETORIA

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

#### CONSELHO EDITORIAL

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flávio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

#### CONSELHO FISCAL

Titulares: Nei Rodrigues Bezerra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

#### JORNAL DO ENGENHEIRO

##### Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Estagiária: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisora: Beatriz Fontes

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 6.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

# Moradores de Vigário Geral ainda sofrem com as altas contas da Light

Um ano depois da instalação dos medidores eletrônicos, moradores não têm uma resposta da concessionária sobre o aumento e nem receberam o dinheiro de volta

Mais de um ano depois da instalação dos medidores eletrônicos de luz, os moradores do Jardim América e de Vigário Geral ainda não conseguem entender o aumento nas contas da Light. Eles foram instalados em outubro de 2011 e, após isso, as contas de luz sofreram um aumento de até 927%.

É o caso da dona de casa Telma Souza, de 52 anos. Em novembro de 2011, ela recebeu uma conta de R\$ 665,00, 797% mais alta que a anterior, de outubro. A Light cortou o fornecimento de energia na casa dela e o restabelecimento só ocorreu depois de

muitas reclamações e do parcelamento das contas em mais de 50 vezes.

“Passo o dia inteiro fora de casa, trabalhando. É claro que havia algo de errado. Depois, finalmente, as faturas retornaram a valores dentro do nosso padrão de consumo. Como não tinha como pagar de uma vez, a Light cortou o fornecimento. Tive de parcelar todas essas contas mais altas em 50 vezes para

religarem minha luz”, conta ela.

Para o diretor do Senge-RJ Miguel Sampaio, está claro que houve medições indevidas, acima do real. “A equipe pode ter tido dificuldades de identificar a cabeção de entrada do imóvel e errar. É preciso reconhecer e consertar.”

Além disso, ele diz que a Light deve ser mais transparente para não comprometer a credibilidade do

novo sistema de medição. Até o fim de 2012, serão cerca de 318 mil em todo o Rio de Janeiro.

Edson Watanabe, professor de Engenharia Elétrica e diretor da Coope/UFRJ, também acredita que houve falhas de instalação dos cabos.

“É responsabilidade da Light avaliar essa situação, até porque pode se repetir em outros locais”, explica ele.

\*Com informações publicadas na matéria “Erros de instalação pode ser causa de luz mais cara”, publicada no jornal Extra dia 09/12/12. O diretor do Senge-RJ, Miguel Sampaio, foi entrevistado para esta reportagem.

**Após a instalação, em 2011, as contas de luz sofreram um aumento de até 927%**

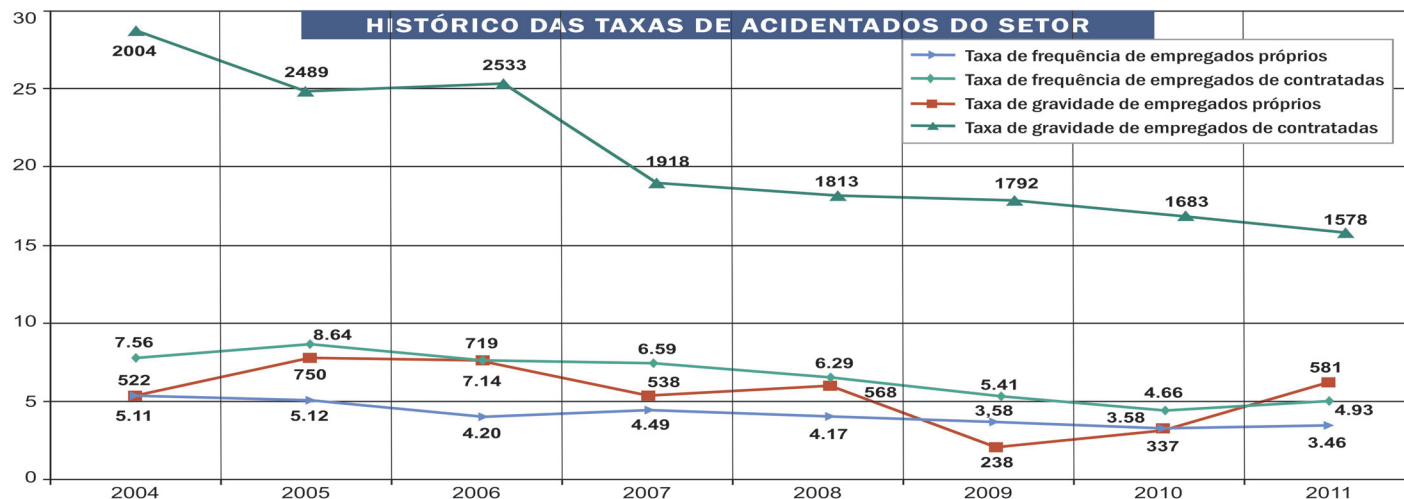
## MP 579 pode aumentar o número terceirizações no setor elétrico

“Eles são submetidos a questões de metas que têm de ser cumpridas, e a pessoa acaba passando por cima de um monte de procedimentos de segurança”, avalia técnica do Dieese

A Medida Provisória 579, sancionada no dia 11 de setembro pela presidenta Dilma Rousseff, pode aumentar a terceirização nas empresas do setor elétrico. Essa é uma das consequências apontadas pelo Senge-RJ para a MP 579. Através de um documento divulgado em novembro, o sindicato afirma também que, com o alto número de acidentes fatais entre os terceirizados, a situação se torna ainda mais preocupante. Metas ousadas, exigidas pelas empresas terceirizadas, associadas ao estresse gerado pela jornada de trabalho com excesso de horas extras, são fatais em atividades de risco.

“Eles são submetidos a questões de metas que têm que ser cumpridas, e a pessoa acaba passando por cima de um monte de procedimentos de segurança”, analisa Jéssica Naime, técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

No ano de 2011, foram 61 acidentes fatais entre os terceirizados. É o que indica um estudo da Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fundação COGE). Somando-se esse valor às 18 ocorrências



entre os empregados das não terceirizadas, foram 79 mortes no setor apenas em 2011.

Esse é o segundo maior valor desde que a fundação iniciou a análise, em 2000. O maior resultado foi obtido em 2006, quando houve 93 mortes no setor elétrico, somando os terceirizados e trabalhadores próprios. Entre eles, 74 eram terceirizados.

O estudo conclui que, em 2011, para

cada morte por acidente de trabalho entre um empregado da empresa do setor elétrico, houve cerca de três mortes de empregados terceirizados.

Também foi avaliada a taxa de frequência com que esses acidentes acontecem. Este cálculo é feito relacionando o número de trabalhadores acidentados com lesão com afastamento às horas em que este trabalhador fica exposto ao risco.

Em 2011, foram 4,93 dos acidentes

típicos com afastamento das terceirizadas (também chamadas de contratadas), apresentando um pequeno aumento com relação ao ano anterior, que foi de 4,66.

“Os acidentados de origem elétrica representam 62% do total de acidentados fatais de contratadas, o que confirma a relação com a terceirização das atividades de maior risco e que os acidentes estão diretamente ligados aos processos de trabalho”, explica o relatório.

# A luta contra a privatização do Maracanã

Manifestantes exigem um plebiscito popular e criticam as demolições para as obras do estádio

Em dezembro, diversos movimentos sociais entre eles, o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas e “O Maraca é nosso” intensificaram a luta contra a privatização do Maracanã. Os manifestantes exigem que seja realizado um plebiscito popular sobre a privatização ou não do estádio, que está sendo reformado para a Copa do Mundo de 2014.

Dois atos foram realizados no mês de dezembro contra a privatização do estádio. No dia 6, o grupo se reuniu em frente à Assembleia Legislativa (Alerj) e exigiu um plebiscito popular sobre a privatização do estádio. No dia 1º, um ato unificado foi realizado em frente ao Maracanã e reuniu cerca de mil pessoas.

## PROJETO PREVÊ DEMOLIÇÕES

Os manifestantes protestam ainda contra a demolição do Estádio de Atletismo Célio de Barros, do Parque Aquático Júlio Delamare, da Escola Municipal Friedenreich – considerada a quarta melhor do Rio pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e do prédio histórico do antigo Museu do Índio.

No local, o empresário Eike Batista, dono da empresa responsável pela



Chico Buarque apoia o movimento contra a privatização do Maracanã, que está em reformas

reforma do estádio para a Copa, pretende construir um estacionamento e um shopping center.

Segundo o movimento, “atletas olímpicos e paraolímpicos ainda não sabem onde iriam treinar. Jovens, crianças, idosos e deficientes físicos atendidos por projetos sociais ficariam

a ver navios. Os indígenas, antropólogos, historiadores e arquitetos que defendem o Museu do Índio também. E os alunos, pais e professores perderiam uma das dez melhores escolas públicas de ensino fundamental do país. Ou seja: em lugar de equipamentos de uso esportivo, social e cultural, espaços

para que o multibilionário amigo do governador ganhe mais dinheiro!”.

Eles afirmam ainda que, desde 1999, foi investido cerca de R\$ 1,5 bilhão no estádio. Além disso, segundo o movimento “O Maraca é nosso”, o projeto feito pelo próprio Eike Batista “prevê que, ao fim de 35 anos, o empresário não pague de volta nem 20% disso! Não daria nem pra pagar os juros dos financiamentos feitos para as reformas. Em compensação, o sr. Eike espera ter um lucro de cerca R\$ 3 bilhões.”

## CHICO BUARQUE APOIA MOVIMENTO

Através de um vídeo, o músico Chico Buarque declarou apoio ao movimento “O Maraca é nosso”. Segundo ele, que disse frequentar o Maracanã há mais de 60 anos, o estádio está na memória de todas as pessoas, até mesmo as que não gostam de futebol.

Eu acho que a gente deve lutar para que este espaço permaneça sendo um espaço popular, um espaço público. O Maraca é nosso. O Maraca não está à venda”, defendeu ele.

\*Veja o vídeo em que Chico Buarque declara apoio ao movimento na página do Senge-RJ: [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)

# Coope recomenda reconstrução do Elevado do Joá

Estudo mostra que existem áreas corroídas que ameaçam a integridade e a segurança da via

“A vida útil do Joá acabou”, defendeu o professor do Programa de Engenharia Civil da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coope/UFRJ), Eduardo Miranda Batista. A declaração foi dada durante a apresentação do estudo que demonstra a necessidade de recuperação completa do Elevado do Joá, via expressa que liga a Zona Sul à Barra da Tijuca. O documento foi apresentado em dezembro em um

seminário realizado no Clube de Engenharia.

“Encontramos problemas sérios vistoriando apenas 40% da estrutura. A reforma que a prefeitura promete fazer cobre apenas as áreas onde o problema é visível. Mas 60% das áreas do Joá não podem ser fiscalizadas”, disse ele.

## RECONSTRUÇÃO

Segundo o engenheiro, a solução possível para a recuperação do viaduto seria a reconstrução de boa parte do elevado, de maneira mais moderna e eficiente, para melhorar as futuras manutenções e monitoramento da degradação.

“Os pilares de sustentação recentemente passaram por manutenção estudada e recomendada pela Coppe e podem ser mantidos. Mas os tabuleiros superior e inferior precisam ser reavaliados e refeitos para evitar riscos”, explicou. Eduardo também sugere medidas de emergência, como proibir a circulação de caminhões pesados e reduzir o limite de velocidade para outros veículos.

Luiz Martins de Miranda, especialista em oxidação e também professor da Coope, afirmou que, se o grau de deterioração do concreto armado for muito grande, não será possível “salvar” a construção. Ainda

segundo ele, não há nenhum cálculo que possa prever esse grau.

O monitoramento deve ser feito com técnicas eletroquímicas que já existem, são fáceis e relativamente baratas”, explicou.

## ECONOMIA

No entanto, apesar do alerta dos especialistas, o prefeito Eduardo Paes afirmou que, como não é possível observar as condições de conservação das partes internas, é muito mais econômico e menos oneroso para a cidade que a prefeitura faça obras de manutenção. Paes autorizou a realização de obras emergenciais no valor de R\$ 7 milhões, sem licitação.

## Mais um bueiro explode em Copacabana

“A falta de manutenção ou a manutenção mal feita é o maior problema. As instalações são mal feitas, realizadas, muitas vezes, por equipes terceirizadas”, diz Antonio Gerson, diretor do Senge-RJ

Mais um bueiro explodiu no Rio de Janeiro. O incidente aconteceu no dia 11 de dezembro, em uma galeria na avenida Nossa Senhora de Copacabana, aos fundos do hotel Copacabana Palace. Uma moto pegou fogo e ficou destruída por causa da explosão. Ainda não há informação sobre as causas da explosão.

Em junho de 2010, outro bueiro explodiu em Copacabana, na rua República do Peru. A tampa da galeria foi arremessada para o alto e um casal de turistas americanos ficou gravemente ferido. A mulher teve queimaduras em 80% do corpo.



Os diretores do Senge-RJ, Luiz Cosenza e Antônio Gerson, durante a fiscalização

### MANUTENÇÃO

Por causa do alto número de incidentes, que ocorrem desde 1998, mas que em 2010 e 2011 provocaram pânico em vários bairros da cidade, a prefeitura contratou os serviços de uma empresa especializada, que realizou mais de 4.200 vistorias em bueiros do Rio.

Além disso, a Light e a Companhia Distribuidora de Gás (CEG) tiveram de assinar um acordo com o Ministério Público que as obriga ao pagamento de multa de R\$ 100 mil por dia por cada nova explosão.

O diretor do Senge-RJ Antonio Gerson lembra que o sindicato protocolou na CEG, em outubro de 2011, um pedido de informações técnicas, que até hoje não foram respondidas.

## Mobilização social derruba flexibilização de licenciamento ambiental

Sérgio Cabral retirou da pauta da Alerj o Projeto de Lei 1.890/12, que alteraria normas referentes ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e ao Relatório de Impacto Ambiental (Rima)

Depois de intensa mobilização social, centenas de ligações para deputados e mais de 6 mil assinaturas em um abaixo-assinado, o governador Sérgio Cabral retirou da pauta da Assembleia Legislativa (Alerj), o Projeto de Lei 1.890/12.

A proposta alteraria normas referentes ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e ao Relatório de Impacto Ambiental (Rima) de empreendimentos potencialmente causadores de degradação, dispensando a obrigatoriedade de realização de audiência pública em alguns casos. Prevê ainda casos em que será dispensada a apresentação de EIA/Rima.

Os manifestantes, entre eles, os integrantes do grupo Meu Rio, comemoraram a retirada do projeto, chamado de “Lei Moto-Serra”.

“A lei ameaçava o patrimônio ecológico de todo o estado Rio de Janeiro: a flexibilização ou afrouxamento da legislação ambiental objetivava institucionalizar o balcão de negócios dos licenciamentos ambientais que benefi-

cia grandes empresas poluidoras”, criticaram os membros do movimento.

### RELATÓRIOS SIMPLIFICADOS

A necessidade de dar rapidez aos processos de licenciamento era apontada pelo governo como a principal razão para alterar a lei. Nesses casos, o texto previa que o empreendedor apresentasse apenas Relatórios Ambientais Simplificados (RAS), e não estudos mais aprofundados.

De acordo com a proposta, ferrovias, portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos, aeroportos, oleodutos, gasodutos e minerodutos, emissários submarinos e complexos petroquímicos podem ficar dispensados do estudo prévio de impacto ambiental, quando, “em determinado caso concreto, o órgão ambiental competente verificar que a descrição do projeto, por sua natureza, dimensão ou localização, evidencia a manifesta ausência de significativa degradação do meio ambiente”.

## 44 anos depois do Ato Institucional nº 5 (AI-5)

Há exatos 44 anos, dia 13 de dezembro de 1968, a ditadura militar brasileira promulgou o Ato Institucional nº 5 (AI-5). O episódio é um marco neste período sombrio da história do nosso país: o Congresso foi fechado, a censura ficou mais forte e ampliou-se a perseguição às organizações populares e aos opositores ao regime. A violência foi institucionalizada como política oficial do Estado, e os anos seguintes foram marcados por uma série de perseguições, exílios, sequestros, tortura e assassinatos de todos aqueles que ousavam se posicionar contra o regime de exceção que vigorava naquele momento.

Para lembrar a data, nesta quinta-feira, 13 de dezembro, a Articulação por Memória, Verdade e Justiça do Rio de Janeiro convocou diversas entidades, associações e militantes em defesa dos direitos humanos para um protesto no Leblon, Zona Sul do Rio. Na ocasião, integrantes do Levante Popular da Juventude e outros manifestantes fizeram um “escracho” em frente ao prédio em que vive o tenente-coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel, conhecido como “Dr. Asdrúbal”.

Os “escrachos” são protestos realizados em todo o país para denunciar agentes da tortura e colaboradores da brutalidade do regime militar.

O “Doutor da Morte” eschachado no Rio foi responsável, direta e indiretamente, pelo assassinato e desaparecimento de 60 lutadores no episódio que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia. Maciel chegou a confessar a execução de 16 pessoas no livro O coronel rompe o silêncio, de Luiz Maklouf. Hoje ele é réu em um processo, encaminhado à justiça pelo Ministério Público Federal, pelo desaparecimento do militante do PCdoB Divino Ferreira de Souza.

A Articulação por Memória, Verdade e Justiça do Rio organizou essa manifestação para mostrar que as barbaridades cometidas por este e outros repressores não serão esquecidas.



Militantes promovem escracho no Rio e denunciam o coronel assassino Lício Maciel

# Reduzir a tarifa sem prejuízo para o trabalhador

O governo federal anunciou recentemente a redução da tarifa concomitante à renovação das concessões do setor elétrico. A maior parte das empresas já aderiu à renovação

Fisenge

**H**á cinco anos, Gilberto Alves Santana, de 49 anos, esquentava água na lenha para tomar banho e conservava a comida em isopor com gelo. Esta era a realidade de 42 famílias do assentamento Pantanal, em Morretes, no Paraná. “Usávamos a bateria da moto para ligar rádio, TV e até para iluminar o terreno. Ficamos mais de 20 anos sem luz”, contou Gilberto, um dos primeiros a chegar ao local. As famílias foram atendidas pelo programa Luz para Todos e, hoje, contam com energia elétrica em todo o assentamento.

Infelizmente, a falta de acesso à energia elétrica ainda é a realidade de inúmeras famílias espalhadas de norte a sul do país. Em 2003, o governo federal lançou o programa “Luz para Todos”, com o objetivo de democratizar a energia, gratuitamente, para mais de 10 milhões de pessoas. Coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e operacionalizado pelo sistema Eletrobras, o programa conta com recursos provenientes de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR). O restante do investimento é partilhado entre governos estaduais e empresas distribuidoras de energia elétrica.

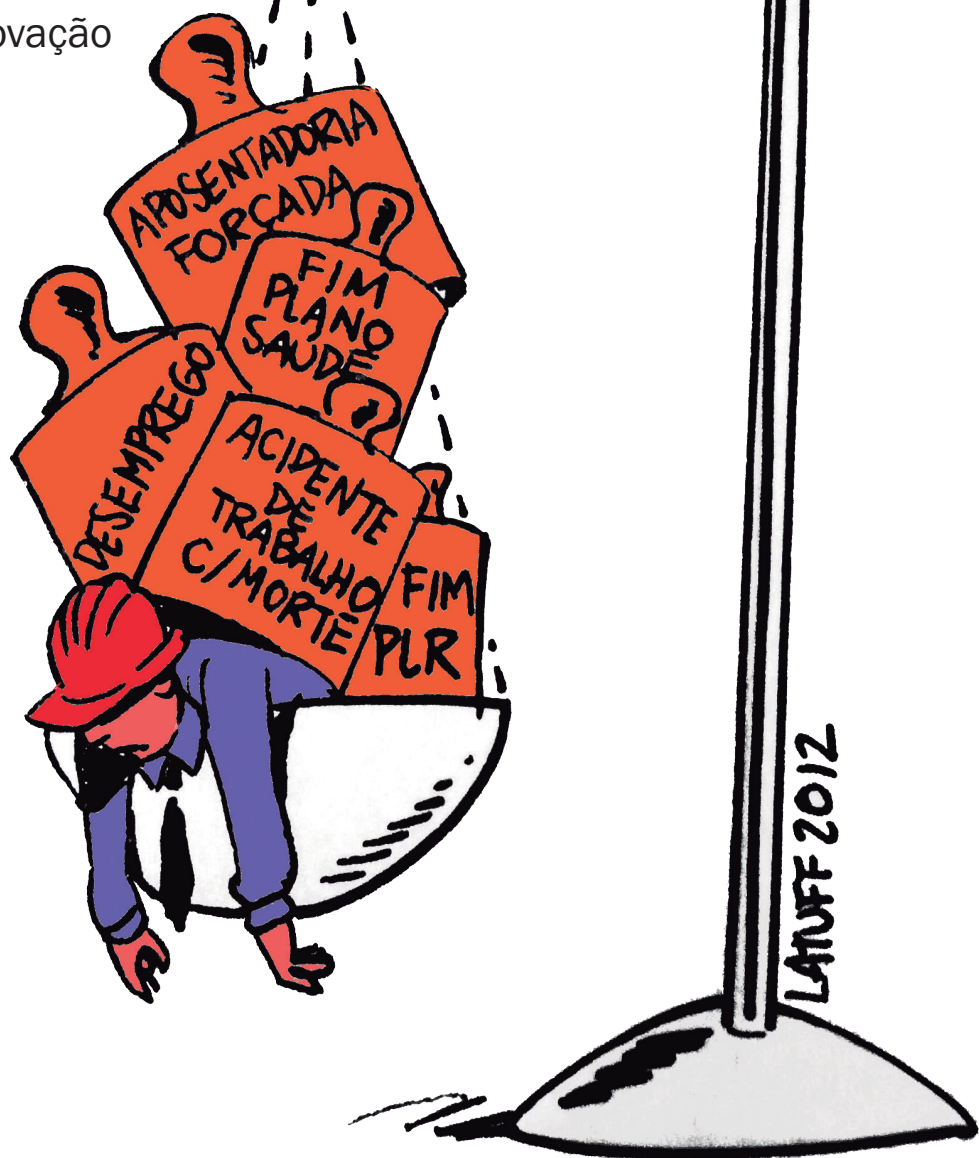
## NOVAS MEDIDAS

Recentemente, o governo federal anunciou as Medidas Provisórias (MPs) 577 e 579, que propõem a antecipação da renovação das concessões das empresas de energia elétrica e a redução de tarifa. Estas medidas vêm num contexto de crise econômica internacional, e o governo federal

tem, com isso, o objetivo de engrenar a economia. Também foi anunciada a MP 591, que aumenta os valores das indenizações para as empresas; sendo que a MP 577 prevê a intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em empresas em dificuldade. No entanto, o anúncio das medidas não acompanhou o diálogo com os movimentos sociais. “Em um primeiro momento, não houve diálogo com os movimentos e a sociedade, e nós, articulados na Plataforma Operária e Camponesa de Energia, restabelecemos o diálogo com o governo. Isso porque algumas das empresas concessionárias já anunciaram Planos de Demissão Voluntária (PDV)”, explicou um dos representantes da Fisenge na plataforma e presidente do Senge-PR, Ulisses Kaniak.

## RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES

A renovação das concessões com redução de tarifa vem acompanhada de um possível plano de enfraquecimento das estatais. A nova tarifa - com redução média de 16,7% - cobriria apenas os custos com operação e manutenção das usinas, e não prevê investimentos futuros. É preciso compreender que o setor elétrico, a partir da década de 1990, entrou numa lógica mercantil, tanto na geração como na comercialização da energia. Foi em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que foi promulgada a Lei das Concessões, de nº 8987/95, que, basicamente, propõe o fim do princípio da justa remuneração da tarifa de energia elétrica. O artigo 9º da lei diz: “A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta lei, no edital e no contrato”. De acordo com o também representante da Fisenge na Plataforma Operária e Camponesa e diretor do Senge-PR, Antonio Goulart a Lei das Concessões prevê a precarização do trabalho por meio da terceirização e outras formas de exploração. “Desta vez, a redução das tarifas se dará, pela primeira vez, com a intervenção do



Estado, e não pela livre concorrência. Reduzir a tarifa é fundamental, porque o Brasil paga uma das tarifas mais caras do mundo, mas não pode ser na conta dos trabalhadores”, comentou. Vale alertar que a Constituição de 1946, no parágrafo único do artigo 151, previa: “Será determinada a fiscalização e a revisão das tarifas dos serviços explorados por concessão, a fim de que os lucros dos concessio-

Estado, e não pela livre concorrência. Reduzir a tarifa é fundamental, porque o Brasil paga uma das tarifas mais caras do mundo, mas não pode ser na conta dos trabalhadores”, comentou.

Vale alertar que a Constituição de 1946, no parágrafo único do artigo 151, previa: “Será determinada a fiscalização e a revisão das tarifas dos serviços explorados por concessão, a fim de que os lucros dos concessio-



nários, não excedendo a justa remuneração do capital, lhes permitam atender as necessidades de melhoramentos e expansão desses serviços”. No entanto, a Constituição de 1988 colocou nas mãos do Estado o controle da política tarifária. Hoje, apesar de a energia elétrica brasileira ser proveniente de hidrelétricas – uma das fontes mais limpas e baratas – o Brasil ainda é um dos países com tarifas mais caras do mundo.

#### REDUÇÃO DE ENCARGOS

A redução da tarifa se dará praticamente com a redução de encargos e também do custo de transmissão e geração de energia. De acordo com Fabiano Camargo, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), serão eliminados: Conta Consumo de Combustível (CCC) e também Reserva Geral de Reversão (RGR), além da redução de 75% da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). A maior parte das empresas, principalmente as do Sistema Eletrobras, com concessões que venceriam entre 2015 e 2017 renovaram os contratos, com exceção da Companhia Paranaense de Energia (Copel), a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e a Companhia Energética de São Pau-

lo (Cesp). Estas empresas não renovaram o segmento de geração, mas renovaram a transmissão. Na Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) aconteceu o mesmo. Estas empresas não aceitaram antecipar a renovação das concessões com a alegação de que a indenização não é suficiente para cobrir os gastos que tiveram com investimentos e que os novos valores tarifários não serão suficientes para cobrir seus custos de operação.

“A Copel, por exemplo, tem a intenção de vender com valor mais elevado parte da energia gerada no mercado livre. As empresas que não aceitaram antecipar as renovações das concessões terão que entrar em um novo leilão e, em caso de negativa, o caminho poderá ser a privatização”, ele destacou. Em função de muitas empresas não terem aceitado antecipar a renovação, o governo federal, por meio do Tesouro Nacional, deverá fazer aportes no setor para atingir seu objetivo inicial de redução em 20% das tarifas. As maiores quedas nas tarifas ocorrerão para os grandes consumidores de energia elétrica (indústrias), em detrimento dos consumidores comuns.



## A história de um trabalhador

Em 24 de novembro de 1982, José Ezequiel Ramos, diretor do Sindicato dos Engenheiros de Rondônia (Senge-RO), começava o seu primeiro dia de trabalho na antiga Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), hoje do grupo Eletrobras. Deste dia em diante, são 30 anos de trabalho prestado e de luta pelos direitos dos trabalhadores. “A Ceron surgiu num momento em que o país vivia uma pressão social muito intensa e, concomitante à criação da empresa, vi o desenvolvimento da Região Norte. A energia elétrica trouxe dignidade à população”, contou.

Ainda segundo Ezequiel, a lógica gira em torno do acionista, da lógica do capital. “Quanto maior rentabilidade o negócio der, melhor para os acionistas. Mas energia elétrica não é um negócio, é um bem essencial à humanidade. O que eles querem é otimizar os gastos com PMSO (pessoal, material, serviço e outros) e, no jogo político, o ponto mais fraco é o pessoal. Devemos lembrar que a história do setor elétrico passa diretamente pela intervenção dos trabalhadores. A nossa memória técnica é o que mantém o Sistema”, disse.

#### BOLSO DOS TRABALHADORES

Dentro da política de redução de tarifas, há um problema nevrálgico para as empresas: a diminuição da receita, o que refletirá diretamente na folha de pagamento. “As empresas já anunciaram mais de 10 mil demissões para 2013, por meio do Plano de Demissão

Voluntária (PDV), que incidirá diretamente nos aposentados e nos trabalhadores próximos da aposentadoria. Não podemos destruir a memória técnica das empresas e permitir condições de trabalho precarizadas, como prevê a Lei das Concessões”, afirmou o diretor da Fisenge e do Senge-RO, José Ezequiel Ramos. Com a diminuição da receita, as empresas irão endurecer ainda mais a negociação coletiva e fazer ajustes em pessoal. “Não podemos ficar reféns de uma estrutura oligárquica”, reforçou o presidente do Senge-PE, Fernando Freitas.

#### IMPOSTO SOBRE MERCADORIA

Um dos meios para reduzir a tarifa sem prejuízo para os trabalhadores seria a diminuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Segundo o diretor da Fisenge, Agamenon Oliveira, as estatais, com as MPs, perderão o poder de intervenção social. “São estimadas quedas de receita brutais. Na Chesf, por exemplo, há previsão de redução de 70% da receita. As estatais serão desinstrumentalizadas e programas de inclusão social, como o ‘Luz para Todos’, vão acabar. As medidas representam um grande prejuízo social”, opinou.

Além das demissões em massa, haverá corte de benefícios, aposentadoria forçada, fim da Participação nos Lucros e Resultado (PLR) e rebaixamento salarial.

# Piso salarial do estado do Rio de Janeiro – A necessidade de avançar

É preciso aperfeiçoar a legislação atual, promover a elevação do piso regional e assegurar uma política de valorização de longo prazo, nos moldes do salário mínimo nacional.

Aproxima-se o final do ano e, com isto, é retomado o debate acerca do piso salarial regional. As centrais sindicais, de um lado, representantes patronais, de outro e, ainda, o governo do estado e a Assembleia Legislativa reabrem as discussões com vistas a definir as regras que irão vigorar a partir de janeiro de 2013.

Este ritual vem se dando desde a criação do piso regional, em 2001. O estado do Rio de Janeiro foi o primeiro a tomar tal decisão, seguido pelos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. A ideia básica que deu origem à criação do piso foi: o Brasil é um país com estrutura econômica fortemente heterogênea e as unidades da federação com maior capacidade econômica poderiam avançar na fixação de pisos salariais de âmbito estadual em valores superiores ao do Salário Mínimo, que deve ser praticado de Norte a Sul do país.

Desta forma, o piso regional, embora seja composto por uma série de valores (9 faixas, no caso do Rio de Janeiro) associados a distintos grupos de ocupações profissionais, deve cumprir o papel de

definir um patamar mínimo remuneratório que seja condizente com as condições da economia regional e, ao mesmo tempo, ser um instrumento de apoio à redução da desigualdade de renda e à melhoria das condições de vida dos trabalhadores em geral.

Nos últimos anos é evidente o incremento da atividade produtiva bem como a consolidação de perspectivas altamente favoráveis ao crescimento econômico regional. Esta melhora é proporcionada pelos grandes investimentos, já em curso e previstos para os próximos anos, associados aos eventos esportivos e ao setor de petróleo e gás, para citar apenas alguns exemplos.

É preciso, entretanto, que os efeitos desta melhora sejam compartilhados com o conjunto dos trabalhadores e, consequentemente, com o conjunto da

população. E, para tanto, a valorização do piso regional, dentre outros instrumentos, ganha especial importância devido à sua repercussão direta e indireta sobre a fixação dos pisos (e demais salários) da grande maioria das categorias profissionais.

**O piso regional do Rio de Janeiro, a despeito da prosperidade econômica do estado, foi corrigido em percentual inferior ao aplicado sobre o salário mínimo nacional**

Contudo, em vários anos desde a sua criação, o piso regional do Rio de Janeiro, a despeito da prosperidade econômica do estado, foi corrigido em percentual inferior ao aplicado sobre o salário mínimo nacional, quando deveria ter ocorrido o contrário. Assim, a relação existente

hoje entre o piso regional e o salário mínimo nacional é menor que a do momento de sua criação.

Sob este critério, demos um passo atrás. Assim, é fundamental recuperar esta relação original e, mais ainda,

avançar na direção de um piso com valor mais condizente com a economia do estado. A comparação com outros estados onde há o piso mostra que há espaço para tanto.

Além disso, as centrais sindicais defendem que, nos moldes da política nacional do salário mínimo e da lei do piso regional do Paraná, se fixe em lei estadual uma política de valorização do piso regional do estado do Rio de Janeiro para vários anos, de forma a evitar o vai e vem das negociações anuais.

Da mesma forma que é indiscutível o papel que o salário mínimo nacional tem desempenhado na melhora dos indicadores sociais e econômicos do país, nos últimos anos, pode-se valer do piso regional para a promoção de avanços importantes na melhora do perfil de distribuição da renda entre capital e trabalho em nível estadual.

Contudo, como se trata de um processo de negociação envolvendo vários atores sociais, apenas uma forte mobilização pode pavimentar a caminhada rumo a um piso salarial regional valorizado progressiva e sistematicamente neste e nos próximos anos.

**DIEESE** • Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos • [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

## ENTRETENIMENTO

# Programa Faixa Livre comemora 18 anos

Uma festa foi realizada no auditório da Sociedade de Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro

Uma solenidade comemorou, no mês de dezembro, os 18 anos do Programa Faixa Livre. A festa foi realizada no auditório da Sociedade de Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro (Searj). O Senge-RJ, um dos colaboradores do programa, foi homenageado no evento.

### HISTÓRIA

O Faixa Livre é mantido por meio de contribuições de 11 entidades e promove debates sobre temas relacionados com política, economia, energia, meio ambiente e outras questões nacionais e internacionais.

O projeto foi criado em dezembro

de 1994 e, desde o início, é veiculado pela Rádio Bandeirantes AM 1360. Sua pauta diária aborda temas sobre política, economia, energia, meio ambiente e demais questões nacionais e internacionais, em sintonia com os problemas contemporâneos do Brasil e do mundo.

Além informar, o Faixa Livre tem o

compromisso com a justiça, com a militância social e com a formação ideológica daqueles que acreditam que um outro Brasil e um outro mundo são possíveis. Ele surgiu da iniciativa democrática de um grupo de associações, sindicais e profissionais, que lutam por um país mais justo e pela liberdade de comunicação.



# Ministra da Casa Civil recebe Fisenge

A reunião foi realizada durante a 69ª Semana Oficial de Engenharia e Agronomia

**D**urante a 69ª Semana Oficial de Engenharia e Agronomia (SOEA), em Brasília, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e o secretário-executivo da Casa Civil, Gilson Bittencourt, receberam, em audiência, o presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Carlos Roberto Bittencourt; o presidente do Crea-PR, Joel Krüger; o coordenador Nacional das Câmaras Especializadas de Engenharia Civil, André Luiz Schuring; o conselheiro federal Francisco Ladaga e demais

lideranças políticas das categorias.

No encontro, foi discutida a necessidade de atualização da Lei 5.194/66, que trata da legislação profissional, a importância da engenharia como carreira típica de Estado, a entrada de profissionais estrangeiros no país e projetos de lei em tramitação no Congresso, como a Lei de Regulamentação dos Tecnólogos.

“Estas são as principais pautas das categorias no momento atual e é fundamental a exposição de nossas reivindicações para o governo, buscando o apoio. Desta forma, po-

demos articular uma ação integrada e ampliada com demais entidades e profissionais para reforçar a campanha de valorização profissional do engenheiro e a importância da inserção profissional no desenvolvimento social do país”, avaliou Bittencourt.

## PROJETOS FUTUROS

A ministra colocou-se à disposição para a discussão dos temas colocados na pauta. “Os interesses do país passam pela engenharia e agronomia. Um exemplo é o Plano Nacional em Logística Integrada, lançado recentemente para ferrovias e

rodovias e dentro em breve para a área de portos. Precisaremos muito do trabalho dos profissionais das Engenharias”, comentou.

Na área da agronomia, Gleisi falou sobre um forte trabalho para estabelecer uma política agrícola para o país de médio a longo prazo e a criação da Agência de Assistência Técnica Rural.

## REGULAMENTAÇÃO DOS TECNÓLOGOS

A ministra demonstrou ainda uma preocupação quanto ao projeto de lei de regulamentação dos tecnólogos, no tocante às atribuições, e que a Casa Civil vai estudar o assunto com os encaminhamentos das entidades.

“Somos a favor da regulamentação dos tecnólogos, mas somos contra o conflito de atribuições entre o engenheiro pleno e o tecnólogo. Já sobre a vinda de estrangeiros para o Brasil, é preciso que se estabeleça uma política de reciprocidade, ou seja, que os profissionais brasileiros tenham a mesma abertura lá fora.

Atualmente, Portugal e Espanha são os países que mais pressionam para a entrada de seus profissionais no Brasil, mas não há contrapartida. “Ao contrário, há uma política de não entrada de profissionais de fora, uma vez que a Europa foi atingida pela crise econômica internacional”, explicou Bittencourt.



Arquivo Fisenge

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffman, se reuniu com a Fisenge e destacou a importância da engenharia como carreira típica de Estado

## Onze engenheiros são eleitos representantes do conselho do Crea

Votação foi realizada entre os dias 3 e 4 de dezembro, na sede do sindicato

Onze engenheiros associados ao Senge-RJ foram eleitos, no mês de dezembro, os novos representantes do Senge-RJ no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ).

A eleição foi realizada nos dias 3 e 4 de dezembro, na sede do sindicato. O resultado saiu após a apuração dos votos dos 23 associados que compareceram no sindicato para a votação.

### ■ NA MODALIDADE ENGENHARIA CIVIL

Efetivo: Paulino Cabral da Silva	Suplente: Altamir Pereira Nunes
Efetivo: Cristina S. Egypto	

### ■ NA MODALIDADE ENGENHARIA ELETRICA/ELETRÔNICA

Efetivo: José Amaro B. Lima	Suplente: Aluís S. Mothé
Efetivo: Claudio Luiz Lopes	Suplente: Carlos Alberto V. Silva
Efetivo: Augusto Cesar N. Costa	Suplente: Steinem Cury Souza
Efetivo: Ligia Pessoa Azevedo	
Efetivo: Eloilton Soares	

### ■ NA MODALIDADE ENGENHARIA MECÂNICA/METALÚRGICA

Efetivo: Nei Rodrigues Beserra	Suplente: Júlio Cesar Carvalho
Efetivo: Luiz Antonio P. Baratta	Suplente: Sérgio A. Abunahman
Efetivo: Augusto Cesar N. Costa	Suplente: Steinem Cury Souza
Efetivo: Pedro Paulo T.F. Santos	Suplente: Jorge Saraiva da Rocha
Efetivo: Livio Marco A. Almeida	

## ■ PELAS EMPRESAS

## ONS

■ Foi encaminhada para a empresa a pauta do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012/2013 dos trabalhadores das Indústrias Nucleares do Brasil (INB). A proposta contém 61 cláusulas e foi entregue no dia 9 de outubro. Uma das cláusulas propõe o piso salarial de acordo com uma tabela. Além disso, os salários vigentes seriam reajustados pelo índice de inflação do Índice de Custo de Vida (ICV), medido pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese).

## Emater

■ Os representantes da Secretaria de Estado e Planejamento de Gestão (Seplag) não compareceram à rodada de negociação da Emater-Rio, realizada nesta terça-feira (27). Uma nova rodada foi marcada para o dia 8 de janeiro, na Gerência Regional de Trabalho e Emprego de Niterói.

## EPE

■ Foi assinado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A empresa concedeu reajuste de 5,1%, referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de abril de 2011, mais quatro cartelas do tíquete-refeição.

# Eletricitários protestam em frente à Eletrobras

Ato nacional também foi realizado em outras empresas pelo Brasil



Claudionor Santana

O diretor do Senge-RJ Gunter de Moura Angelkorte discursa durante o Ato Nacional do Setor Elétrico, em frente à Eletrobras, no Centro

**T**rabalhadore do setor elétrico em todo o Brasil realizaram um protesto na porta das empresas contra a Medida Provisória 579. No Rio de Janeiro, o ato começou às 8h do dia 3 de dezembro, com manifestações na porta de Furnas, Eletrobras, Eletro nuclear e Cepel. Em seguida, às 12h, todos os trabalhadores se reuniram em frente à sede da holding Eletrobras, na avenida Presidente Vargas, no centro da cidade.

Segundo o diretor do Senge-RJ Gunter de Moura Angelkorte, cerca de

80 pessoas compareceram ao ato. Para ele, a adesão pode ser considerada baixa. “Acho que as pessoas não estão enxergando o perigo. Eles estão caminhando em fio de navalha e não estão percebendo”, avalia Gunter.

Também estiveram presentes no ato Miguel Sampaio e Maria Virgínia Brandão, também diretores do Senge-RJ.

Durante o ato, os diretores do sindicato distribuíram dois documentos elaborados pelo Senge-RJ que aponta os riscos da MP 579. No primeiro, o sindicato de-

fende que a medida não reduzirá a tarifa de energia, como está sendo previsto, e ainda poderá enfraquecer as empresas estatais e trazer consequências negativas para os trabalhadores, como demissões em massa e aumento da terceirização.

O segundo documento aborda a metodologia para regulação das usinas nucleares em Angra dos Reis, proposta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Para o Senge-RJ, essa metodologia “apoiar-se em elementos questionáveis do ponto de vista dos impactos que pode gerar.”

## Senge-RJ critica demissão de engenheiro do ONS

Na 2ª rodada de negociação, o sindicato demonstrou preocupação com a postura da empresa

**N**a segunda rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (2012/2013) do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Senge-RJ criticou a demissão do engenheiro que participava da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Cipa).

O funcionário tinha ainda mais seis meses de estabilidade. Segundo a legislação, a pessoa que integra a Cipa não pode ser demitida até um ano depois do término do mandato. No entendimento do corpo jurídico do sindicato, é ilegal a indenização do tempo restante da estabilidade.

“Nós manifestamos preocupação

com a inauguração deste tipo de prática no ONS. A Cipa é responsável pela prevenção de acidentes no ambiente de trabalho e, por isso, algumas direções retrogradadas de empresas preferem a perseguição ao invés de incentivar a melhoria das condições de trabalho”, afirmou Gunter de Moura Angelkorte, diretor de negociações coletivas do sindicato.

“Sob a égide da ‘meritocracia’ promove-se tão somente os critérios pessoais de avaliação de gerentes autoritários.”

Além disso, durante a rodada, o ONS manteve a mesma proposta da primeira rodada: reajuste de 5,24% referente ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) de agosto, mas não

ofereceu ganho real, ou seja, ganho acima da inflação. Além disso, o ONS também afirmou que irá retirar do ACT o abono por perda de massa salarial para o próximo ano, o que significa a perda do poder de compra por consequência da inflação. Segundo a empresa, essa seria uma exigência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O ONS propôs ainda a redução da gratificação de férias de 80% para 2/3 do salário. Isso significa, por exemplo, que um trabalhador que receba R\$ 1.000,00, receberá de gratificação R\$ 667,67. Antes, ele recebia R\$ 800,00. A empresa também propôs o reajuste do tíquete-refeição de R\$ 28,50 para R\$ 32,00.

# Salário mínimo sobe para R\$ 678 em 2013

O Projeto de Lei Orçamentária foi enviado ao Congresso Nacional e propõe reajuste de 9%

O salário mínimo será de R\$ 678 em 2013. É o que prevê o Projeto de Lei Orçamentária enviado ao Congresso Nacional. O reajuste será de 9% em relação ao valor anterior, que é de R\$ 622,00.

A mudança se deve ao aumento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC) de 2012, que ficou em 5,65%. Além disso, também foi considerado o Produto Interno Bruto (PIB) dos últimos dois anos, que foi de 2,73%.

#### APOIO DO SINDICATO

Segundo a coordenadora do departamento jurídico, Edilene Teles, o Salário Mínimo Profissional (SMP) do engenheiro que recebe exatamente o

TABELA PARA CÁLCULO DO SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL					
Duração do curso	Diferentes jornadas de trabalho				
	Trabalho diário diurno			Trab. noturno	Horas extras
	6h	7h	8h	p/hora	p/hora
Inferior a 4 anos	5 SM	6,25 SM	7,50 SM	1,25 x h diurnas	1,50 x h diurnas
Igual ou superior a 4 anos	6 SM	7,50 SM	9,00 SM	1,25 x h diurnas	1,50 x h diurnas

piso será reajustado automaticamente em janeiro.

“Se o engenheiro não receber o reajuste, ele deve entrar com uma denúncia aqui no Senge-RJ ou no Ministério do Trabalho”, explica Edilene.

No entanto, para quem recebe acima do piso salarial, o reajuste acontecer à somente na data-base ou de acordo com o tempo em cada empresa.

Edilene afirma ainda que o maior número de denúncias relacionadas ao SMP são feitas nos meses de janeiro e fevereiro, justamente por causa da mudança no valor do salário. “Ano passado tivemos o maior número de denúncias realizadas. “A variação foi muito grande de 2011 para 2012. O salário mínimo subiu de R\$ 545,00 para R\$ 622,00”, conta ela.

Ao todo, existem 930 entradas relacionadas à questão do SMP no sistema do jurídico do Senge-RJ.

#### CONHEÇA O SMP

O Salário Mínimo Profissional (SMP) do engenheiro é regulado pela Lei 4.950-A. Criada no dia 22 de abril de 1966, ela fixa um mínimo de seis salários mínimos para uma jornada diária de seis horas de trabalho. Após a sexta hora, o engenheiro deve ser remunerado com um acréscimo de 50% sobre cada hora extra. Por exemplo, em novembro de 2012, o engenheiro que trabalha seis horas deveria receber R\$ 3.732,00. Para quem tem uma jornada diária de oito horas, o salário mínimo deveria ser R\$ 5.598,00.

## Ação contesta banco de horas

Banco foi implementado sem ter sido aprovado em Acordo Coletivo

O Senge-RJ entrou com uma ação contra o banco de horas implementado em Furnas. Segundo a acusação do sindicato, o banco seria ilegal por não constar em nenhum Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Conforme a legislação brasileira, para ser implementado, o banco de horas precisa ser autorizado em ACT.

Além disso, o Senge-RJ também acusa a empresa de descontar as horas do banco em dias com feriados “enforcados”. Quando o trabalhador não tem mais horas disponíveis, Furnas desconta o valor das horas na remuneração. Um exemplo anexado no processo comprova um desconto de R\$ 235,33, sob a rubrica “DESC EXCED HOR FLEX”.

O processo frisa que esses dias não são facultativos, ou seja, o trabalhador não tem a opção de trabalhar naquele dia. “Assim, os empregados vêm sofrendo descontos em seus contracheques sem que nada possam fazer”, afirma o texto.

## Senge-RJ entra com ação contra Furnas

Trabalhadores denunciaram que a empresa não especifica o cargo de engenheiro

Em Furnas, os engenheiros são chamados de “Profissionais de Nível Superior” (PNS). Foi essa nomenclatura que motivou a ação movida pelo Senge-RJ contra a empresa. Segundo o processo, a partir de 2009, a designação “engenheiro” deixou de constar nas carteiras profissionais e nos registros funcionais dos empregados.

“Apesar de constar do edital do concurso que o cargo a ser preenchido seria o de engenheiro e apesar de suas atribuições serem próprias do cargo de engenheiro, conforme sua formação, a reclamada se recusa a identificá-los como tal em seus registros funcionais e promover anotação em suas carteiras profissionais”, explica o Senge-RJ no processo.

#### CURRÍCULO

No texto, o Senge-RJ afirma que a anotação funcional, ou seja, a especificação

da profissão na carteira de trabalho, é um direito do trabalhador e se configura em violação contratual.

“O registro em suas carteiras profissionais é também fundamental para o currículo profissional, já que demonstra experiência no exercício da profissão. Também neste aspecto, a recusa em anotar o exercício do cargo de engenheiro, viola direito individual dos substituídos, qual seja o de ter a comprovação da atividade profissional exercida na reclamada”, explica o sindicato no processo.

#### REGULAMENTAÇÃO

A profissão de engenheiro é regulamentada pela Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966, configurando categoria profissional diferenciada para efeitos de enquadramento sindical, conforme quadro de atividades a que se refere o artigo 577 da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

art

## GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato ([www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

# Diretor do Senge-RJ critica a atuação do governo em relação ao petróleo

O petróleo brasileiro se tornou assunto constante na mídia graças à repercussão da redistribuição dos royalties, que dividiu estados e municípios produtores e o resto do Brasil. No entanto, não é de hoje que o petróleo é um assunto polêmico.

O diretor do Senge-RJ Antonio Gerson conta que o governo brasileiro tem tratado o petróleo de maneira controversa, especialmente na questão dos leilões.

“Apesar dos avanços obtidos, temos o fato a lamentar, que é o anúncio do governo brasileiro de retomada dos leilões de novas áreas para exploração, o que no nosso entendimento é perfeitamente dispensável e não deveria ocorrer”, afirma.

## PRÉ-SAL

O Governo Lula, informado pela Petrobras da magnitude da descoberta do pré-sal, decidiu, em novembro de 2007, pela retirada de 41 blocos que estavam localizados nas bacias do Espírito Santo, de Campos e de Santos, e que seriam leiloados na 9ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

“Muita pressão foi feita, por conta do interesse das grandes empresas estrangeiras que atuam no setor, que não tendo grandes expectativas sobre descobertas de novas áreas de petróleo para explorar, passaram a cobiçar o pré-sal brasileiro”, diz o diretor do Senge-RJ.

No final de 2009, foram aprovados quatro projetos de lei. O primeiro criou o Fundo Social com recursos do pré-sal. O segundo capitalizou a Petrobras. O

terceiro criou uma estatal para gerir os contratos do pré-sal. O quarto é o mais importante deles para mudança dos contratos de concessão para contratos de partilha de produção.

“Os projetos de lei enviados ao Congresso pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tiveram como objetivo alterar o marco regulatório do setor e corrigir o grave erro do governo FHC, que, ao colocar em vigor a Lei 9.478/97, estabeleceu que através de contratos de concessão o petróleo seria propriedade de quem o produzisse, e somente 40% do lucro líquido, seria pago à União Federal”, conta Gerson.

Para o diretor do Senge-RJ, esse último projeto de lei, transformado na Lei 12.351, é que introduziu a grande



mudança na legislação, porque pelo contrato de partilha de produção, previsto para a exploração dos campos do pré-sal, a propriedade do petróleo extraído é exclusiva do Estado.

“Ao contrário daqueles assinados no regime de concessão que dão a propriedade exclusiva ao concessionário, na partilha, o petróleo é da União, e ela remunera os custos de produção em petróleo, o que representa, ficar com a União cerca de 60% da produção, em petróleo, e a empresa produtora continua responsável

pelo pagamento dos royalties pela exploração da área”, explica Gerson.

Ele acrescenta ainda que outro importante avanço é que a nova legislação torna a Petrobras a operadora de todos os campos, o que dá maior garantia de conteúdo nacional na compra de equipamentos, serviços e beneficia a geração de empregos no país. Além disso, desse modo, o Estado tem condições de melhor controlar o ritmo de produção desses campos.

## Mudança na herança de FHC

Segundo Gerson, a descoberta de importantes reservas de petróleo e de gás natural na área do pré-sal, em 2007, provocou o debate sobre a necessidade de mudança da Lei 9478/97, herança do Governo FHC.

Em 1997, uma nova lei instituiu que 100% do petróleo seria de quem produzisse, e que a empresa produtora precisaria pagar apenas 10% de royalties e um valor de participação especial, que varia entre 10% e 11%. Neste

caso, o consórcio produtor pagaria à União no máximo 21% do montante correspondente à produção. Ao regulamentar esta Lei, FHC instituiu o artigo 26 que estabelece esta questão: quem produzir o petróleo é dono dele.

Essa lei garantia a entrega de 100% do petróleo à empresa produtora vencedora de leilão para exploração de uma determinada área, com pagamento em dinheiro à União de no máximo 20% da produção. “Essa legislação já vinha sendo question-

ada por diversas entidades, entre elas o Senge-RJ”, conta Gerson.

“A justificativa para esta Lei absurdamente entreguista era que o petróleo em águas profundas era muito arriscado e tinha pouco retorno. Mas com a descoberta do pré-Sal, o risco caiu praticamente a zero. A Petrobras furou 16 poços e achou petróleo em todos eles”, afirma Fernando Siqueira, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet).



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 20040-009  
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733  
Endereço: www.sengerj.org.br  
Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br  
imprensa@sengerj.org.br

Impresso  
Especial

9912313246/2012/DR/RJ  
SENGE/RJ

---CORREIOS---

